
A Reforma do Ensino Médio: mudar para deixar como está

The Reform of High School: Changing in order to remain as it is

La Reforma de la Enseñanza Media: Cambiar para que quede como está

Lopes, Vera de Fátima Maciel¹ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

Moreira, Elias Enrique² (Salto, SP, Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

Resumo

O Objetivo do presente artigo é, “analisar as possíveis conexões entre a Reforma do Ensino Médio, mais especificamente, o ordenamento proposto pela Lei 13.415/17, as demandas do Capital e as expectativas da burguesia”. Partimos da problematização de que o Estado, procura orientar as alterações no Ensino Médio, no sentido de construir o consenso para as posições da classe dominante, para que, os estudantes das classes subalternas associem a realização de seus sonhos de um futuro melhor, a uma educação atrelada aos interesses do capital, a continuidade dos processos de valorização do valor. Ou seja, que o processo capitalista de produção que os explora, permaneça como horizonte possível no futuro imediato, sem maiores resistências. Por meio de uma revisão bibliográfica, pesquisa de campo e de relatos de experiência, traçamos nossa análise destacando os efeitos Reforma do Ensino Médio, a influência da Estratégia Democrática Popular na Educação, Estado e classes sociais.

Palavras-Chave: Reforma. Ensino Médio. Estado. Educação. Capital.

Abstract

The objective of this article is "to analyze the possible connections between the reform of High School, more specifically, the legal order proposed by law 13.415/17, the demands of Capital and the expectations of middle class". Starting with problematization that the State expects to guide the changes in High School, in order to form consensus for the positions of dominant class, so that students of subordinate classes associate the realization of their dreams of a better future, with a education linked to capital interests, the continuity of valorization processes regarding value. Meaning that the capitalist production process that explores them, remains as a possible horizon in the immediate future, without further resistance. Through a literature review and shared experiences, we track our analysis highlighting the effects of High School reform, the influence of the Popular Democratic Strategy on Education, the State and social classes.

Keywords: Reform. High school. State. Education. Capital.

Resumen

El Objetivo del presente artículo es “analisar las posibles conexiones entre Reforma de la Enseñanza Media, específicamente el ordenamiento propuesto por la Ley 13.415/17, las demandas del Capital y las expectativas de la burguesía”. Partimos de la problematización de que el Estado busca orientar las modificaciones de la Enseñanza Media en el sentido de construir el consenso hacia las posiciones de la clase dominante para que los estudiantes de las clases subalternas asocien la realización de sus sueños de un futuro mejor a una educación vinculada a los intereses del capital, a la continuidad de los procesos de valorización del valor. Es decir, que el proceso capitalista de producción que los explota permanezca como horizonte posible en el futuro inmediato, sin mayores resistencias. A través de una revisión bibliográfica y de relatos de experiencia, trazamos nuestro análisis destacando los efectos de la Reforma de la Enseñanza Media, la influencia de la Estrategia Democrática Popular en la Educación, Estado y clases sociales.

Palabras clave: Reforma. Enseñanza Media. Estado. Educación Capital.

¹ Professora adjunta na Universidade Estácio de Sá. verafml@gmail.com

² Professor de História da Rede Pública Estadual do Estado de São Paulo (SEE-SP). hmeliass@yahoo.com.br

Introdução

*“Algo deve mudar para que tudo fique como está”
(LAMPEDUSA, G.T di.,2017).*

No ano de 2016, ao ministrar uma palestra em um encontro acadêmico de filosofia cujo tema era a Reforma do Ensino Médio: “O Eterno Dilema – Tecnicismo ou Humanismo”, procuramos evidenciar os elementos da proposta de “reforma” que insidiam diretamente sobre a experiência do Ensino Médio, mais especificamente, os impactos dessas mudanças nas Unidades Escolares das cidades do interior de São Paulo, Itu e Salto, onde atuávamos como professor há quase 20 anos. Naquele momento, optamos por uma exposição que indicasse os elementos que eram universais na proposta do Estado e, portanto, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas que afetavam mais especificamente, as unidades escolares nas quais atuávamos.

Neste artigo, cerca de 5 anos depois, retomamos o tema, com o propósito de abstrair os elementos singulares/particulares da referida experiência, vamos centrar a análise nos aspectos mais gerais do ordenamento proposto pela Lei 13.415/17, as intencionalidades que estão veladas na proposta, buscando assim, contribuir para o debate a respeito das demandas do capital e sua relação com a educação.

Portanto nosso objetivo é “analisar as possíveis conexões entre a Reforma do Ensino Médio (R.E.M), mais especificamente, o ordenamento proposto pela Lei 13.415/17, as demandas do Capital e as expectativas da burguesia”. Almejamos também apontar aspectos da reforma, que são reveladoras do papel da educação numa sociedade de classes e, portanto, na sociedade do capital. Deste modo, nosso ponto de partida não é o dilema: Tecnicismo versus Humanismo, proposto naquela ocasião, mas sim, a pergunta: qual o produto que o capital e seus serviços esperam com esta contrarreforma da qual a lei 13.415/17 é uma das portadoras?

Reconhecendo a complexidade do tema, optamos pelos seguintes recursos metodológicos: revisão bibliográfica, relato de experiência e recortes de resultados de pesquisas de campo realizadas ao longo de 20 anos de trabalho como professor e pesquisador na rede estadual de educação.

O texto ficou estruturado em quatro subitens: - “*Nosso percurso: Educação e a Estratégia Democrático Popular*”, onde buscamos regatar as bases teóricas que

alicerçaram o pensamento de muitos educadores e militantes nas últimas décadas; - *“Por que e para que estudar: perspectivas dos estudantes do Ensino Médio”*, em que destacamos alguns resultados de pesquisas realizadas com alunos do Ensino Médio, seus sonhos e perspectivas; - *“O sonho dos estudantes alimentado pelas necessidades do Capital e da Burguesia”*, onde procuramos explicitar, segunda nossa visão, as intencionalidades que ficam veladas na proposta de Reforma para o Ensino Médio; - *“Estado e Educação ao longo da História”*, em que sinalizamos que o quão antiga é a lógica de determinação dos interesses de classe na relação Estado e Educação.

Nosso Percurso: Educação e a Estratégia Democrático Popular

Em 2016, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), seu Vice e aliado Michel Temer (“p” MDB), assumiu a presidência e deu prosseguimento a implantação de uma série de medidas, propostas e iniciadas ainda nos governos petistas. A categoria “Reforma”, foi amplamente veiculada e debatida por todos os meios de comunicação, por estudiosos e militantes. Mas o que chamavam de reforma, constitui-se de fato, em uma espoliação ao salário do proletariado e de todos os assalariados, um ataque tão furioso, quanto o antipetismo tresloucado que eclodiu naquele momento, levado a cabo pela direita e extrema direita, desde as jornadas de junho de 2013 (SENADO, A. 2016).

As Reformas - Trabalhista, da Previdência, o congelamento dos gastos do Governo (PEC 241) referentes aos cortes na educação, a Reforma do ensino Médio e tantas outras, permitiram uma infinidade medidas entre os quais: o prolongamento do tempo de trabalho da população ocupada, taxaço da população trabalhadora já aposentada. Além disso, possibilitaram a eliminação ou redução dos salários indiretos, por meio da regulamentação de contratos temporários, firmados diretamente ou por meio de acordos coletivos, entre patrões e empregados. Essas medidas foram fundamentais para o avanço do capital sobre o trabalho pago (salário), abocanhando uma quantidade cada vez maior de tempo de trabalho gratuito do proletariado e, portanto, de valor e mais-valor. Ou seja, conforme afirma Duarte et all (2020), trata-se muito mais de Contrarreforma do que de Reforma, uma vez que houve um desmantelamento de direitos conquistados como resultado das lutas do proletariado desde o final da ditadura civil militar no Brasil.

É importante ressaltar que esse processo de desmonte dos direitos conquistados pelos trabalhadores vem sendo implementado, desde meados da década de 1990. A eficácia destas investidas do capital sobre os salários, em grande medida, é resultado da propaganda capitalista governamental e dos Aparelhos Privados de Hegemonia Burguesa (APHs), organizações burguesas (fundações e as chamadas ONGs), que fazem o trabalho permanente de convencimento do proletariado e de toda a população ocupada, em torno das demandas e necessidades do capital (FONTES, V. 2010).

A geração a qual pertencemos, viveu e fez História, sob a direção da Estratégia Democrática e Popular, elaborada e implantada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que ocupou o poder Executivo brasileiro, por 14 anos. Nossa geração foi embalada pelo sonho de que a sociedade poderia ser transformada por meio da ampliação da democracia, portanto, a educação era peça fundamental desta estratégia (IASI, M. et all, 2019).

No final do século XX era muito comum os professores de cursos de licenciaturas, no primeiro dia de aula, ouvirem relatos de alunos afirmando que estavam na licenciatura porque queriam contribuir para a mudança do mundo. Muitos, ainda hoje acreditam que a educação escolar é o caminho para transformar o mundo. Nós também um dia acreditamos. Ainda que, há muito tenhamos abandonado esta tese, observamos em nossa prática docente que valorosos militantes assumiram cargos de direção de Escolas, Supervisão, Diretorias Regionais, Secretarias de Educação, Prefeituras, Governos do Estado, encantados pela EDP, defendendo que ocupar esses espaços fazia avançar as lutas pela educação e pela “hegemonia”, como entendia Carlos Nelson Coutinho em sua leitura de Gramsci (NEVES, V. 2019) e que influenciou e informou grande parte da intelectualidade e dos militantes da esquerda no Brasil.

O evento acadêmico de 2016, ao qual fizemos menção no início do artigo, também pode ser inserido nesse contexto, como um debate que tentava uma espécie de “salvação” da educação. Mas, já na oportunidade, demarcamos a posição de que não tínhamos mais nenhuma ilusão, em relação as possibilidades de transformação do mundo por meio da educação escolar desde o final dos anos 1990.

A materialidade dos fatos e os acontecimentos que passamos a viver, colaborou ainda mais para reforçar as nossas certezas: impeachment da presidenta

Dilma Roussef, a “demonização” do Partido dos Trabalhadores e da Esquerda, as medidas aprovadas partir de 2016, evidenciaram um devir de desmonte e perdas que viria a concretizar-se nos anos seguintes. Esse cenário, nos levou a retomar os estudos sobre mais uma derrota do proletariado no Brasil, o qual denominamos – Inventário. As análises da realidade e as ferramentas teóricas, nos indicam o fracasso da Estratégia Democrático e Popular, na condução da tão almejada transformação social, visto que foi incapaz de liderar o proletariado na criação de uma nova sociabilidade, na qual seu protagonismo permitisse eliminar a exploração do homem pelo homem. Mas, ao mesmo tempo, foi vitoriosa, em conquistar o direito de permanência por 14 anos no poder Executivo do Estado no Brasil.

Nesse sentido, expressamos o nosso “espanto” com o espanto dos educadores, militantes e parte dos intelectuais diante da tendência das leis e, principalmente, das possibilidades criadas pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, no que tange, a implantação de uma modalidade de ensino que prepara os jovens para o mundo do trabalho, centrada, portanto, no ensino técnico. Por isto, nossa pergunta tende a contornar o dilema apresentado pelo organizador do evento em 2017: A Reforma do Ensino Médio: “O Eterno Dilema – Tecnicismo ou Humanismo”. Do nosso ponto de vista é mais apropriado perguntar: qual o produto que o capital e seus serviçais esperam com esta contrarreforma da qual a lei 13.415/17 é uma das portadoras?

Por que e para que estudar: perspectivas dos estudantes do Ensino Médio

Antes de fazer considerações sobre as ‘necessidades’ do capital e sua relação com a lei 13.415/17, vamos apresentar de maneira sucinta algumas constatações de uma pesquisa de campo que realizamos com alunos do ensino médio, entre os anos de 2000 a 2019, em uma escola da Rede Pública Estadual de São Paulo, situada na cidade de Salto-SP e que atendia estudantes do ensino Fundamental II e Ensino Médio, na qual um dos autores desse artigo, trabalhou durante 20 anos.

Cada vez que iniciávamos uma turma nova ou reencontrávamos uma turma antiga, por exemplo, os alunos do Ensino Fundamental II, que passavam ao primeiro ano do Ensino Médio, fazíamos sempre um conjunto de questões e as recolhíamos, tanto para fins pedagógicos e metodológicos, quanto para identificar em que medida,

a visão de mundo dos alunos já estava consolidada ou formatada – para usar um termo da tecnologia da informação (TI) – de acordo, com as necessidades do sistema ou da sociedade do capital.

Eram questões simples, que permitiam respostas sinceras e transparentes, uma vez que era preservada a identidade dos estudantes, jamais sendo entregues aos pais, direção, enfim, as Equipes de Gestão. Pelo menos, nomes e séries ou afirmações, quaisquer que fossem, não eram disponibilizadas. Discutíamos apenas, de forma genérica, os anseios e sonhos daqueles determinados estudantes e em que medida a Educação Escolar e nossos projetos pedagógicos poderiam contribuir para a realização dos “sonhos” e anseios daquela escola estadual.

Estamos falando de uma unidade escolar (EU) pública, de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, que recebia alunos de todas as Ues da cidade, da região e de outras Unidades da Federação, assim como da rede privada de ensino. Porém, a procedência dos alunos nunca alterou as respostas.

As perguntas mais relevantes do ponto de vista do pesquisador eram: Porque você estuda, para que você estuda, qual seu maior sonho e de quem depende a realização desse sonho. Fazíamos uma observação que deixava o entrevistado livre para que escrevesse o maior sonho que pudesse contar, tornando-o público. Em síntese, as respostas mais recorrentes dos alunos foram as seguintes: “*estudo para conseguir um bom emprego e ajudar minha família, ter um futuro melhor e ser alguém na vida, ser jogador de futebol*”.

Sonhos e razões para estudar, tais como, ser piloto, médico, dentista, fazer faculdade, apareciam raramente. Não vamos debater a capacidade ou amplitude do “sonhar” e o que é um sonho. Porém, na verdade, depois de cerca de 20 anos de trabalho, estudos e pesquisas com adolescentes, ainda que de forma preliminar, a maioria dos que entrevistamos e pudemos ministrar aulas, pareceu estar convencida, de que um bom emprego, uma boa casa, enfim, um lugar no mercado de trabalho, é o horizonte, o melhor e o máximo que poderiam almejar em seus sonhos, com raras exceções, a julgar pelas nossas observações.

Preparar-se para competir no mercado de trabalho é uma espécie de “mantra” repetido por “todos” que responderam ao questionário. Em relação a pergunta sobre o futuro, a saber, de que depende a realização do sonho, as respostas foram na maioria absoluta das vezes, sem mediações: - *de mim, do meu próprio*

esforço e dedicação, da minha vontade, só de mim. A dependência da família, foi mais rara ainda neste caso, raríssimas vezes ela foi citada.

Antes que façamos maiores ponderações, podemos inferir que há uma coincidência entre os sonhos e anseios dos estudantes e as propostas de contrarreforma no Ensino Médio. A saber, parece que nossos estudantes estão convencidos de que o ensino técnico e/ou profissionalizante é o caminho mais fácil para a realização de seus sonhos. Por isso, nosso “espanto inicial com o espanto” de estudiosos e militantes e educadores diante das propostas de contrarreforma na educação que sempre ampliam as disciplinas denominadas técnicas em detrimento das humanas, apesar do paradoxo desta oposição, visto que, não há disciplina ou ciência, que não seja uma criação humana.

O sonho dos estudantes alimentado pelas necessidades do Capital e da Burguesia

Retomando a problemática proposta nesse artigo, faremos uma breve incursão à teoria do valor em Marx, buscando evidenciar a necessidade permanente do Capital, seu impulso incontrolável, incessante para Valorizar o Valor. Na aparência, converter dinheiro em mais dinheiro. O que nos conduz às intencionalidades e expectativas da Burguesia Capitalista, para convencer sobre a necessidade de “reforma” a partir da Lei nº 13.415/17.

O capital só pode existir como um processo, um movimento permanente de valorização do valor, que aparece na fórmula: D-M-D, utilizada por Marx em *o Capital*, no qual o processo de transformação do dinheiro em o Capital é descrito (MARX, 1985). O valor que o dinheiro carrega em si, precisa transformar-se em Mais Valor e aparecer como mais dinheiro (D-D´) no final de um ciclo do capital monetário ou capital financeiro, para isto, precisa converter-se em Meios de Produção, Matéria Prima e Força de Trabalho, deixar o processo de circulação e ir para o processo de produção, no qual a Força de Trabalho vai consumi-los e criar mercadorias, portadoras do Valor valorizado, ou seja, tais mercadorias, contém os valores antigos correspondentes ao tempo de trabalho abstrato socialmente necessário à produção daquela determinada Matéria Prima (MP), de parte dos Meios de Produção (MP), por exemplo, durante um jornada de trabalho a FT transfere 24 horas de valor antigo das máquinas e equipamentos, prédio, terreno para as novas mercadorias criadas, enquanto cria Valor

Novo durante a jornada diária de trabalho. Oficialmente, no Brasil, cerca de 8 horas por dia, podendo durar mais ou menos tempo a depender do ramo ou dos acordos entre capitalistas e proletários e da luta de classes.

O fato é que, àquela determinada quantidade de valor que aparece no dinheiro e que é convertida em Meios de Produção e Matéria Prima, é transferida pela Força de Trabalho (FT) para as novas mercadorias. Estas mercadorias novas contém o Valor Antigo e o Valor Novo dispendido durante a jornada de trabalho, na qual a FT consome produtivamente Meios de Produção e Matéria Prima. Durante a Jornada diária de trabalho, a Força de trabalho cria Valor para si, aquele que se manifesta nas mercadorias que a FT precisa para sua manutenção e reprodução diária e a partir de um determinado período da jornada de trabalho, que é medido em horas, a FT passa a criar Mais Valor, ou seja, a Mais Valia. Muito bem, as mercadorias “grávidas” de Mais Valor, precisam voltar para o processo de circulação, encerrando o ciclo ao voltar para a forma dinheiro, porém, agora acrescida de mais dinheiro. Pelo menos é assim que aparece. O Dinheiro se converte em mais dinheiro: D-D’. Ou seja, o Valor foi valorizado, por meio destas metamorfoses que aparecem na fórmula: D-M-D’. O que aparece como movimento do dinheiro, é na verdade o movimento do Valor, do processo de Valorização. Quanto mais rápido o Valor sair da forma Dinheiro e voltar para ela depois de passar pelas metamorfoses em Meios de Produção, Matéria Prima e Força de Trabalho, em Mercadoria grávida, por meio do Processo de Valorização, consumo produtivo da Força de Trabalho, melhor para o Capital e seu incessante processo de valorização, sua própria natureza.

Nos seus estudos, sobre o fracasso escolar no Brasil, Gennari (2013), escreve que para o Estado Capitalista e, portanto, para a classe dominante de nossa época histórica, é fundamental que os estudantes da Educação Básica, associem seu futuro, seus sonhos, e a possibilidade de sua realização, ao sucesso da acumulação de capital. A saber, o povo simples, e, portanto, proletariado deve ser convencido pelo sistema educacional, de que quanto mais aprimorado for o processo de acumulação de riqueza e Capital, melhor será o seu futuro. Gennari (2013), afirma ainda que, tanto a educação escolar quanto as demais modalidades não formais de educação, procuram formar um trabalhador “*Criativo e ao mesmo tempo submisso*”. Este perfil está associado ao Sistema S, as APHs (Fundações e ONGs) e a proposta de alteração do Ensino médio. Desenvolver o espírito crítico, a capacidade de

interpretar e analisar, é tudo que a burguesia Capitalista não precisa, nem vai propor com as suas “reformas” na Educação. A julgar pelo texto da Lei nº 13.415/17, a tendência é que se procure criar uma massa de Força de Trabalho com conhecimento técnico para operar o sistema, como entende Gennari (2013) em seus estudos sobre o Fracasso Escolar e as mudanças na educação “ nos tempos de qualidade total”.

Podemos afirmar, como Fontes (2010) descreveu brilhantemente, que os APHs (Fundações e ONGs) fizeram um eficaz trabalho de convencimento do proletariado e de todos os assalariados no Brasil, a partir dos anos 1980, transformando militantes que construíam a resistência e a luta contra a pobreza e a dominação de classe em assalariados das APHs, o que Fontes (2013) denomina filantropia mercantil. De estimuladores da rebeldia, a maioria destes militantes passaram a construir o consenso e adaptação, o apassivamento do proletariado. A saber, passaram a ensinar “toda esta gente a encontrar um lugar ao sol”. Como constatou Gennari (2013), ao invés de ensinar a resistência e a luta contra o sistema de exploração que os empobrece e destrói o seu futuro, os estudantes e a população em geral foram convencidos a ver seu fortalecimento (Exploração), como a chance de um futuro melhor.

Do nosso ponto de vista, é por isto, que os estudantes da referida UE, respondiam que estudavam para ter um futuro melhor e que este futuro passaria por arrumar um bom emprego e dependeria de cada indivíduo e de sua competência e esforço.

De forma simplificada, a mensagem veiculada pelos processos formativos escolares, reforça a ideia de que quanto mais veloz for o percurso do Valor ao mais Valor, do dinheiro ao mais dinheiro (D-M-D´), melhor seria para o proletariado. Dito de um outro modo, quanto maior o tempo da jornada de trabalho que o proletariado entregar para o capital, para a burguesia, melhor seria para o proletariado. Na aparência, quanto maior for o lucro dos capitalistas, melhor seria para o proletariado. É isto, que embala os sonhos dos assalariados quanto pensam nos programas de participação dos lucros e resultados (PLR).

Esta parece ser uma das mais importantes expectativas da burguesia capitalista em relação a reforma do Ensino Médio, ela precisa que os estudantes sejam convencidos de que o melhor para eles é ingressar o mais cedo possível no mercado de Força de Trabalho e deixá-lo nessa condição, o maior tempo possível,

instigando-os a ser sempre criativos e ao mesmo tempo submissos aos objetivos e necessidade do capital, a saber, alimentando permanentemente, o processo de valorização do Valor.

Estado e Educação ao longo da História

Antes que o leitor se espante com a racionalidade da afirmação categórica com a qual terminamos nosso último parágrafo, vamos revisitar a História longínqua. Ela nos mostra que o Estado, desde que foi criado pelas classes dominantes, proprietárias dos meios de produção, sempre cuidou para que a educação fosse direcionada para atender os interesses, necessidades e expectativas de seus criadores. No ano de 2.800 a. C, no Egito, os futuros faraós e conselheiros eram educados para dominar a Arte da Palavra:

Se a sua boca procede com palavras indignas, tu debes domá-la em sua boca, inteiramente [...] A palavra é mais difícil do que qualquer trabalho, e seu conhecedor é aquele que sabe usá-la a propósito. São Artistas aqueles que falam no Conselho [...] Reparem todos que são aqueles que aplacam a multidão e que sem eles não se consegue nenhuma riqueza (Gennari. 1997. p. 9)

Por volta de 2.200 a. C, neste mesmo Egito, após um período de crise e disputas entre os Nomarcas, uma espécie de governantes de províncias, a educação física passou a ser incorporada a educação dos filhos dos Faraós, para que desenvolvesse a habilidade da luta. Entretanto, é entre os anos 1.069 – 333 a. C, que encontramos os textos sobre o papel e a função da educação para os funcionários do Estado que nos chegam do Egito antigo, que parecem informar com maior precisão a nossa hipótese, vejamos o que escreveu Amenemope, sobre como deviam se comportar os funcionários diante de seus superiores:

Quando erras perante o teu superior e teus discursos ficam desconexos, tuas adulações serão retribuídas com afrontas e pancadas. Dize a verdade perante o nobre, para que não se torne dono de tua cabeça. Não escutes as conversas de um magnata na sua casa e não as espalhes fora para outros. Não ofendas a quem é maior do que tu. Deixa que ele te bata enquanto a tua mão fica sobre o peito; deixa que ele te ofenda enquanto a tua boca cala, amanhã se estiveres na frente dele, te dará o pão à vontade. O cão late para quem lhe dá pão, pois ele é seu dono (Gennari. 1997. p. 9.)

De acordo com Gennari (1997), Diadoro da Sicília, comenta, ao visitar o Egito, que a grande massa da população aprendia os ofícios com os próprios pais e parentes desde crianças, ofícios que exerceriam por toda a vida. Quanto a leitura

“ensinam a ler e escrever um pouquinho, não a todos, mas àqueles que se dedicam a um ofício” (GENNARI, 1997, p. 9).

Se deixarmos o Egito antigo e formos para a Europa, vamos notar que o comportamento das classes dominantes, em relação papel da educação não se modifica. Em 1809, Murat escreveu: “É necessário que exista uma instrução para todos, uma para muitos e uma para poucos. A primeira não deve fazer do povo tantos sábios, mas deve instruí-lo tanto quanto basta para que possa tirar proveito dos sábios.” (GENNARI, 1997, p. 10).

A julgar pelos escritos e estudos que chegaram até nós, notamos que até o final do século XIX e início do XX, as classes dominantes e seus intelectuais, não tinham muita preocupação em ocultar o que pensavam das classes subalternas e do papel da educação reservada a elas. Basta ler o que escreveu Jean Baptiste Say, economista e industrial em 1803: “O trabalhador embrutecido pela repetição e simplicidade de suas tarefas, dificilmente seria capaz de conceber relações gerais, sentimentos nobres, como por exemplo, o respeito pela propriedade privada que favorece a propriedade pública” (GENNARI, 1997, p.10).

Verificamos, que SAY lá em 1803, encerrou seu raciocínio com uma frase, no mínimo esclarecedora, das expectativas da burguesia, no que tange, ao nível e ao papel do conhecimento ao qual devem ter acesso os membros do proletariado, enfim, das classes subalternas: “Como se poderia dar a eles o grau de instrução que julgamos necessária para o bem-estar da ordem social?” (GENNARI.1997.10).

No século XXI, dois séculos após as afirmações de Say e Murat, uma observação um pouco mais cuidadosa de algumas das alterações curriculares no Ensino Médio, que a Lei 13.452/17 legalizou, nos permite identificar o cuidado com que as classes dominantes procuram educar as classes subalternas, de acordo com os interesses e necessidades de manutenção da dominação. Vejamos, dentre as principais mudanças que estão sendo implementadas, os aspectos mais relevantes para nossa análise.

Carga horária: anteriormente, era de 2400 horas, sendo cursadas em 200 dias letivos. Na lei atual, manteve-se os 200 dias letivos, porém, deverá chegar a 3000 horas, uma alteração que será realizada progressivamente, de acordo com as possibilidades de cada unidade de ensino. Está prevista, 1800 horas para ministrar conteúdos de 04 áreas do conhecimento: linguagens, matemática, ciências da

natureza e ciências humanas e sociais aplicadas. O restante, 1200 horas, segundo proposta do MEC (2021), poderão ser utilizadas pelos estudantes, para que eles se aprofundem em um ou mais caminhos relacionados às áreas do conhecimento ou à formação técnica e profissional.

Currículo: a lei prevê que os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitem ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo. Porém, isso ficará a critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional permite a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional.

Certificado de terminalidade: a lei reforça a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade. Isso significa, que o estudante da classe trabalhadora, será subjetivamente induzido, a inserção no mercado de trabalho, sem estímulo a continuidade de sua formação, ainda que a lei afirme que as instituições de ensino emitirão certificado com validade nacional, que o habilitará como concluinte do ensino médio, a prosseguir os estudos em nível superior.

Formação Professores: para ministrar aulas no ensino médio, o professor necessitava da formação acadêmica, nas respectivas disciplinas. Na lei atual, profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, podem ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, sem ter formação pedagógica e licenciatura.

No Guia eletrônico de Implementação do novo Ensino Médio, preparado pelo MEC (2021), lê-se: “Você poderá estudar todos os conhecimentos imprescindíveis para a vida em sociedade e ainda irá sair do ensino médio mais preparado para o mundo do trabalho”. A lei procura conectar, como dissemos, os sonhos de um futuro melhor dos estudantes à formação técnica e profissionalizante. A saber, ao permitir e estimular a formação de um grande contingente de estudantes de nível técnico, para operar o sistema fabril e a indústria em geral, enfim, a empresa capitalista, induz a juventude a manter seus sonhos dentro dos limites da ordem capitalista, e, portanto, dos interesses do capital e de sua personificação, a burguesia.

O Estado, conforma a Educação Escolar neste caso, como tem sido historicamente, aos interesses das classes dominantes.

Considerações Finais

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que nossa intenção é a de contribuir para a reflexão dos dilemas que envolvem as conexões entre capitalismo e educação. Consideramos importante destacar que muitos educadores e militantes da nossa geração, foram convencidos a intervir na educação escolar, como uma forma de disputa de hegemonia, entendida como ocupação dos espaços institucionais. No entanto, nos parece que foi negligenciado ou ignorado o fato de que o Estado, como um órgão de classe, determina o papel da educação de acordo com os interesses e necessidades de seus criadores, em nossa época histórica, a burguesia capitalista.

Para além desta constatação, por meio do estudo da história da educação e a julgar pelo próprio texto da lei 13.451/17, parece-nos haver um equívoco na compreensão desta categoria Gramsciana: Hegemonia. Podemos inferir que construir a hegemonia é criar o duplo poder, e não ocupar os espaços institucionais, ou parte do Estado Burguês, ou seja, as classes subalternas devem criar suas próprias instituições, seus aparelhos de hegemonia e não se contentar em ocupar os Aparelhos Privados de Hegemonia Burguesa (APHs).

Nossa geração, marcada e dirigida pela Estratégia Democrática e Popular, terminou por consolidar as instituições que queria transformar, haja vista, a derrota dos governos Democrático e Populares (petistas) a partir de 2016, assim como, o crescimento dos movimentos conservadores de extrema direita, que divulgam suas ideias obscurantistas a luz do dia, por todo o país e a aprovação quase sem resistência das contrarreformas, incluso a do Ensino Médio.

Do ponto de vista da lei 13.451/17, parece que estamos diante de um sólido indicador, de que o Capital, segue determinando as alterações no sistema educacional e a burguesia capitalista, como personificação do capital, segue cumprindo seu papel de adequar permanentemente a educação, por meio da política educacional, às necessidades do capital. A frase de Lampedusa (2017), usada como epígrafe, parece continuar absolutamente válida: *“Algo deve mudar para que tudo fique como está”*.

Referências Bibliográficas

DUARTE, A. M. C.; Reis, J. B. dos; Correa, L. M.; SALES, S. R. **A contrarreforma do Ensino Médio e as perdas de direitos sociais no Brasil**. Roteiro, v. 45, p. 1-26, 4 jun. 2020. Disponível em encurtador.com.br/hitwX. Acesso em: 22. Fev. 2021.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**. Rio de Janeiro. UFRJ. 2010

GENNARI, Emílio. **Fracasso Escolar: Acidente ou Construção Social?** Disponível em: www.conselhodaclasse.blogspot.com.br. Acesso em 24. Fev. 2021

_____. A Educação Nos Tempos de Qualidade Total. **Fórum Nacional de Monitores**. Vol. 30. Págs 32. 1997

_____. Estado e Educação. **Fórum Nacional de Monitores**. Vol. 31. Págs 33. 1997.

IASI, Mauro, FIGUEIREDO, Isabel M.. NEVES, Vitor. Orgs. **A Estratégia Democrática Popular: Um Inventário Crítico**. 1ª ed. Marília. Lutas Anticapital. 2019. Col. A Revolução Brasileira Em Debate

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di, **O Leopardo**, Ed. CIA das Letras, RJ., 2017

SENADO FEDERAL, **LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017**. Senado Federal. Disponível em: encurtador.com.br/jnDR8. Acesso 10.Mar. 2017.

_____. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 17. Fev. 2021

MAX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução Regis Barbosa e Flávio. R. Kothe 2ª ed. São Paulo. Nova Cultural. 1985. v. 1. Col. Os Economistas.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução Regis Barbosa e Flávio. R. Kothe. 3ª ed. São Paulo. Nova Cultural. 1988. v. 2. Col. Os Economistas.

NEVES, Vitor: **Democracia e Socialismo: Carlos Nelson Coutinho e Seu Tempo**. 1ª ed. Marília. Lutas Anticapital. 2019. Col. Revolução Brasileira em debate.

SILVEIRA, Matheus, **Cortes na educação em 2019: medida necessária ou retrocesso?** Disponível em <https://www.politize.com.br/cortes-na-educacao-em-2019/>. Acesso em 24. Fev. 2021

SOUZA, Maria Lídia. **O Gramsci de Edmundo Fernandes**. Ciclo de Estudos: Decifra-me Enquanto Te Devoro. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CJ5TuhdQMqY&t=318s>. Acesso em 22. Fev. 2021

Vera de Fátima Maciel Lopes

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Doutora em Ciências pelo Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente (UERJ - 2013), tese referente aos impactos e conflitos socioambientais nos territórios pesqueiros (litoral fluminense); Graduada em Ciências Sociais (PUC/RJ - 1995); Mestre em Engenharia de Produção (COPPE/UFRJ - 2001). Atuou no Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ) como coordenadora executiva do Programa de Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca (PAPECA/UFRJ). Foi coordenadora de Projetos de Ensino Pesquisa e Extensão, entre os quais: Mulheres na Pesca e do Estudo Exploratório sobre Consórcios Públicos: por uma Gestão Compartilhada de Recursos Naturais (Cabo Frio, Barra de São João e Macaé/RJ); contribuiu para a criação da Rede Solidária da Pesca em âmbito nacional e coordenou a articulação da Rede Solidária no Litoral Fluminense. É professora adjunta na Universidade Estácio de Sá, atua em cursos presenciais e na EAD; desenvolve projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão com ênfase em Educação, Gestão Ambiental, Território, Relações e Conflitos Socioambientais.

E-mail: verafml@gmail.com**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/2701991479657245>**Elias Enrique Moreira**

Salto, São Paulo, Brasil

Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba, graduado em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba (UNISO). Atualmente é professor de História (Professor de Educação Básica II) na rede pública estadual do Estado de São Paulo (SEE-SP). Tem experiência na área de educação, com ênfase no ensino de História, exerce atividades de formação ministrando cursos e palestras de História Econômica do Brasil, Teoria do Estado, História das Revoluções Modernas, Geopolítica, Conjuntura, Política e Gestão Educacional.

E-mail: hmeliass@yahoo.com.br**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/2078269934530563>**Recebimento: 08/03/2021****Aprovação: 19/04/2021****Q.Code****Editores-Responsáveis**Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, BrasilDr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França